



**INSTITUTO DE PSICOLOGIA - DEPARTAMENTO DE
PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO - PED**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA
CLÍNICA E INSTITUCIONAL
TURMA IX
(2010/2011)**

Coordenação: Profa. Dra. Maria Helena Fávero

TRABALHO FINAL DE CURSO

Apresentado por: Aline Midore Arakaki

Orientado por: Prof. Dra. Regina da Silva Pina Neves

BRASÍLIA, 2011

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NO CONTEXTO
SOCIOEDUCATIVO: uma proposta de intervenção
psicopedagógica

Apresentado por: Aline Midore Arakaki

Orientado por: Prof. Dra. Regina da Silva Pina Neves

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO	4
II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
2.1 Conhecendo o ambiente.....	7
2.2 Preceitos Legais que Fundamentam as Ações Socioeducativas	8
2.2.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos	8
2.2.2 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	9
2.2.3 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE	9
2.3 Natureza e Essência da ação socioeducativa	11
2.4 Desenvolvimento Profissional no Contexto Socioeducativo	12
3.1 Procedimentos adotados	14
3.2 Instituição Sede da Pesquisa.....	15
3.2.1 Setor de Ensino (escola)	16
3.2.2 Setor de Profissionalização.....	16
3.2.3 Setor de Esporte, Cultura e Lazer	16
3.2.4 Setor Psicossocial	16
3.2.5 Setor de Saúde	17
3.3 Sujeitos da Intervenção Psicopedagógica.....	17
IV - AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA.....	19
4.1 Avaliação Institucional - Setor de Ensino.....	19
4.1.1 Avaliação Institucional - Termo de Cooperação	19
4.2 Avaliação do Corpo Docente.....	21
4.2.1 Avaliação do corpo docente a partir do questionário.....	22
4.2.2 Discussão geral da avaliação psicopedagógica.....	24
V – INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA.....	27
VI – DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA.....	31
VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
VIII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
APÊNDICE I.....	37
QUESTIONÁRIO	38
RESUSTADO DO QUESTIONÁRIO	41
APÊNDICE II.....	43
ANÁLISE DO BANCO DE DADOS	44
APÊNDICE III	45
AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA – Alunos da Turma de Alfabetização.....	46
AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA – Alunos da Turma de Alfabetização.....	47

I - INTRODUÇÃO

A idéia de avaliar o perfil de professores e alunos do sistema socioeducativo e as conseqüências que esses perfis trazem para a prática docente surge diante da necessidade de se compreender melhor o universo do professor, que atua com jovens que cumprem medida socioeducativa, e também do aluno privado de liberdade.

Quando iniciamos nossa prática profissional na escola inserida na instituição socioeducativa de internação, percebemos que entre os professores - observação de suas falas - há muita desmotivação com relação ao trabalho realizado em sala de aula por conta da realidade vivenciada comumente em uma instituição socioeducativa: alunos com defasagem escolar idade/série e dificuldade de aprendizagem, usuários de drogas, desinteressados pela escolarização e com grande dificuldade no convívio com os colegas.

Percebemos, também, dificuldade de relacionamento entre os professores que, com opiniões diferentes a respeito do trabalho socioeducativo, discordavam, afetando negativamente as relações interpessoais e a motivação para o trabalho.

Diante de todas as dificuldades encontradas, há também uma discussão que corriqueiramente levanta polêmica na mídia e na sociedade de forma geral, que é a de considerar esses jovens não merecedores de atenção especial do Estado como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

A natural falta de consenso e os constantes questionamentos a respeito dessa discussão afetam o trabalho do professor, que ora é sensível às questões sociais, econômicas e políticas a respeito do jovem, ora é influenciado pelas percepções do senso comum.

Ainda a respeito da motivação profissional, é notório que o aluno privado de liberdade apresenta desafio maior para o professor em sala de aula. A idéia socialmente construída de que os alunos privados de liberdade não têm interesse pela escola e não merecem atenção especial fortalece quando se confirma que muitos desses alunos já sofreram repetência, evasão escolar, apresentam defasagem escolar idade/série, usam entorpecentes e não têm consciência da importância do processo de escolarização.

Outro importante fator a ser considerado é a formação do professor. É de consenso geral que professores devem ter formação continuada, considerada a educação uma ciência que deve acompanhar as necessidades sociais que estão em constante

transformação. Com relação ao tema, ressaltamos que todos os professores que atuam nesse centro têm formação superior, entretanto não tiveram orientação específica para atuarem com alunos privados de liberdade e suas peculiaridades. A dificuldade que o professor encontra ao lidar com seus alunos e a falta de respaldo teórico para tratar as diversas situações específicas relacionadas a esse perfil de aluno é mais um fator que afeta o trabalho do professor em sala de aula e mais uma vez sua motivação para realizar suas atividades.

A desmotivação do professor para estar em sala de aula e conviver com sua equipe de trabalho impulsionou o estudo e desencadeou uma série de ações que pudessem contribuir para a integração do grupo de professores, auxiliando indiretamente na motivação para o trabalho.

Para aprofundar o estudo foi traçado o perfil do professor e do aluno. O questionário usado foi respondido por aqueles que atuam em sala de aula. O perfil do aluno foi traçado a partir das informações fornecidas por eles e registradas no banco de dados da escola.

Fizemos um confronto entre os perfis traçados e avaliamos como eles influenciam o trabalho do professor em sala de aula. Para entender melhor essa relação fizemos um recorte com os alunos e professores que estão nas turmas de alfabetização.

A pesquisa teve foco nessa turma por considerar que lá estão os alunos que apresentam condição de exclusão social significativa por conta do atraso escolar, o que requer do professor maior compreensão quanto à importância do seu trabalho e maior motivação para o alcance de resultados.

II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No item 2.1 apresentamos um quadro que conceitua as principais terminologias utilizadas no ambiente socioeducativo para melhor compreensão do leitor a respeito da pesquisa apresentada.

Discorreremos também a respeito dos principais documentos que fundamentam a ação socioeducativa no item 2.2 e apresentamos reflexão sobre a natureza da ação socioeducativa no item 2.3.

O desenvolvimento profissional foi tratado no item 2.4 onde apresentamos reflexão do trabalho do professor no contexto socioeducativo.

2.1 Conhecendo o ambiente

Principais terminologias utilizadas no ambiente socioeducativo

Crianças e Adolescentes:

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA considera-se criança a pessoa de até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Ato Infracional:

Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Socioeducando:

Crianças e adolescentes autores de algum ato infracional. Para essas crianças e adolescentes o ECA garante tratamento diferenciado, considerando sua condição de pessoa em desenvolvimento.

Socioeducando é o termo utilizado para as crianças e adolescentes que estão cumprindo alguma medida socioeducativa.

Medida Socioeducativa:

O ECA, ao garantir tratamento diferenciado para crianças e adolescentes que cometeram algum ato infracional, previu medidas para atender esses casos de acordo com sua gravidade.

Essas medidas têm natureza jurídica, impositiva, sancionatória e retributiva e visam inibir a reincidência do ato infracional. A principal finalidade da medida socioeducativa é pedagógica, são elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade ou internação em estabelecimento educacional. No último caso a recuperação desses jovens deve acontecer em centros de internação próprios e não em presídios comuns destinados à população carcerária.

Medida Socioeducativa de Internação:

A internação é a mais grave e complexa medida imposta ao jovem infrator. Trata-se de restrição ao direito de liberdade do adolescente. Ela é aplicada sob os princípios da excepcionalidade e brevidade e somente nos seguintes casos: ato infracional mediante grave ameaça ou violência à pessoa; reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento reiterado e injustificável da medida anterior imposta

2.2 Preceitos Legais que Fundamentam as Ações Socieducativas

2.2.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, é um importante documento das Nações Unidas. Nele, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem.

Em suas considerações, o documento reconhece a dignidade como algo inerente a todos baseando seus fundamentos na liberdade, justiça e paz no mundo. Reconhece que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum.

Considera também essencial a proteção desses direitos para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão.

Considera que todos os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.

Os Estados-Membros comprometeram promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades.

“Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos

“com o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.”DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

2.2.2 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990, contrapõe-se historicamente a um passado de controle e de exclusão social sustentado na Doutrina da Proteção Integral. O ECA expressa direitos da população infanto-juvenil brasileira, pois afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente como ser humano, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e adolescência como portadores de continuidade do seu povo e o reconhecimento da sua situação de vulnerabilidade, o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado; devendo este atuar mediante políticas públicas e sociais na promoção e defesa de seus direitos. (SINASE P. 14)

A adoção dessa doutrina em substituição ao velho paradigma da situação irregular (Código de Menores – Lei no 6.697, de 10 de outubro de 1979) acarretou mudanças de referenciais e paradigmas com reflexos inclusive no trato da questão infracional. No plano legal, essa substituição representou uma opção pela inclusão social do adolescente em conflito com a lei e não mais um mero objeto de intervenção, como era no passado.

Muito embora o ECA apresente significativas mudanças e conquistas em relação ao conteúdo, ao método e à gestão, essas ainda estão no plano jurídico e político-conceitual, não chegando efetivamente aos seus destinatários.

2.2.3 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE

O SINASE é fruto de um trabalho coletivo que envolve várias esferas governamentais, representantes de entidades e especialistas na área, além de uma série de debates protagonizados por operadores do sistema de Garantia de Direitos em encontros regionais que cobriram todo o país.

O SINASE é um documento que se preocupa especialmente em dar orientações de como deve ser feito o atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais ou vítimas de violação de direitos no cumprimento de medidas socioeducativas.

O documento tem como premissa básica a necessidade de se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos no atendimento ao adolescente, garantindo dessa forma a natureza pedagógica do atendimento socioeducativo.

Priorizam-se as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) em detrimento das restritivas (semiliberdade e internação). Trata-se de uma estratégia que busca reverter a tendência crescente de internação dos adolescentes bem como confrontar a sua eficácia invertida, uma vez que se tem constatado que a elevação do rigor das medidas não tem melhorado substancialmente a inclusão social dos egressos do sistema socioeducativo.

O SINASE, enquanto sistema integrado articula os três níveis de governo para o desenvolvimento desses programas de atendimento, considerando a intersetorialidade e a co-responsabilidade da família, comunidade e Estado. Esse mesmo sistema estabelece ainda as competências e responsabilidades dos conselhos de direitos da criança e do adolescente, que devem sempre fundamentar suas decisões em diagnósticos e em diálogo direto com os demais integrantes do Sistema de Direitos, tais como o Poder Judiciário e o Ministério Público.

O SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Defende, ainda, a idéia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas.

Para isso é necessário que os adolescentes sejam alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribuam na sua formação, de modo que venham a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de relacionar-se melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais.

Os parâmetros norteadores de ação e gestão pedagógicas do SINASE seguem na direção de favorecer ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para participação na vida social.

Há também a compreensão de que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica. Seu atendimento deve ser organizado observando o princípio da incompletude institucional.

Assim, a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos.

2.3 Natureza e Essência da ação socioeducativa

A natureza essencial da ação socioeducativa é a preparação do jovem para o convívio social. A escolarização formal, a educação profissional, as atividades artístico-culturais, a abordagem social e psicológica de cada caso, as práticas esportivas, a assistência e todas as demais atividades dirigidas ao socioeducando devem estar subordinadas a um propósito superior e comum: desenvolver seu potencial para ser e conviver, isto é, prepará-lo para relacionar-se consigo mesmo e com os outros, sem quebrar as normas de convívio social tipificadas na Lei Penal como crime ou contravenção.

Se esse propósito nobre, superior e comum (compartilhado por toda equipe e por seus interlocutores e parceiros) não for atingido, todas as demais aquisições utilitárias resultarão inúteis para o jovem e para a sociedade.

A socioeducação, por sua complexidade e pelo diversificado conjunto de atores institucionais envolvidos em seu desenvolvimento pode ser assim entendida:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar; na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” Artigo 1º da LDB.

A socioeducação deve ter como base os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade e como fim a formação plena do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

“A educação é direito de todos e dever da família e do Estado, terá como bases os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, e, como fim, a formação integral da pessoa do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.” Artigo 2º da LDB.

A medida da internação deve limitar o jovem socioeducando do direito de ir e vir, mas não da liberdade de opinião, expressão e crença religiosa, de sua individualidade e de sua integridade física, psicológica e moral.

O conteúdo da socioeducação, além de conhecimentos, deve desenvolver principalmente, no socioeducando, crenças, valores, atitudes e habilidades que lhe permitam, no convívio social, avaliar situações e tomar, diante delas, decisões e atitudes fundamentadas em valores humanos incorporados ao longo do itinerário formativo percorrido com seus educadores.

2.4 Desenvolvimento Profissional no Contexto Socioeducativo

Marques (2000) concebe a profissão não apenas como atividade ocupacional de indivíduos, mas como compromisso social solidário inserido na esfera política da sociedade. A profissão coloca os homens em determinados sistemas de relações materiais, econômicas, sociais, culturais e éticas e num patamar de exigências do saber técnico-científico.

Quando pensamos sobre o processo de ensinar e de aprender, é preciso salientar a importância do papel do professor, colocando-o em evidência. O professor reflexivo aprende a partir da análise e da interpretação da sua própria atividade, constrói de forma pessoal, seu conhecimento profissional, o qual incorpora e ultrapassa o conhecimento emergente institucionalizado. (Schon, 1997; Freire 1997).

Para Freire (1997), uma proposição de ensino que considere as construções do aluno pressupõe um professor que atua como protagonista da ação pedagógica, mostrando-se curioso, prestando atenção ao que aluno diz ou não diz ou faz ou não faz, colaborando para que ele seja capaz de articular seus conhecimentos prévios com os conhecimentos escolares.

Educar é um ato de formação da consciência – com conhecimentos, valores, capacidade de compreensão. Nesse sentido, o processo educacional é muito mais amplo do que a chamada educação formal, que se dá no âmbito dos espaços escolares.

Educar é assumir a compreensão do mundo, de si mesmo, da relação entre os dois. Pode ser uma compreensão real, que capte os mecanismos que, efetivamente, são produzidos e reproduzidos pelos homens no seu processo concreto de vida, ou, ao

contrário, pode ser uma visão alienada que ao invés de permitir essa compreensão, ocupa esse lugar na consciência das pessoas com mitos, concepções que consolidem a incapacidade das pessoas de se compreenderem no mundo e compreenderem o mundo, mesmo sem consciência, estão produzindo e reproduzindo, cotidianamente, nas suas vidas. (Rosa, 2010)

Para Costa (2000), a atividade conscientizadora do educador consiste em contribuir para que o aluno construa, na sua mente, uma representação de si mesmo e do mundo para o qual parte. Representar-se, no interior da nossa visão, é desvelar criticamente o sentido de sua presença diante do mundo e entre os homens. Representar o mundo é ter clareza de sua circunstancia pessoal e das conexões que a ligam à totalidade mais ampla do social.

A formação continuada dos atores sociais envolvidos no atendimento socioeducativo é fundamental para a evolução e aperfeiçoamento de práticas sociais ainda muito marcadas por condutas assistencialistas e repressoras. Ademais, a periódica discussão, elaboração interna e coletiva dos vários aspectos que cercam a vida dos adolescentes, bem como o estabelecimento de formas de superação dos entraves que se colocam na prática socioeducativa exigem capacitação técnica e humana permanente e contínua considerando, sobretudo o conteúdo relacionado aos direitos humanos. (SINASE, p.56)

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades, possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. (SINASE, p. 60)

Apresentamos, nos itens anteriores, as principais terminologias utilizadas no ambiente socioeducativo, os preceitos legais que fundamentam a ação socioeducativa, a natureza e a essência da ação socioeducativa e importância do desenvolvimento profissional para atuar com alunos privados de liberdade.

No próximo item tratamos da metodologia adotada para realizar a pesquisa, apresentamos a instituição e seus vários setores e os sujeitos participantes da pesquisa.

III – MÉTODO

3.1 Procedimentos adotados

A pesquisa foi realizada em duas etapas: **avaliação psicopedagógica e intervenção psicopedagógica.**

A **avaliação psicopedagógica** foi realizada considerando as três principais esferas da pesquisa: instituição, corpo docente e corpo discente.

Para avaliarmos a instituição, participamos de várias reuniões que discutiram a construção do projeto político pedagógico da escola. Nessas reuniões foi possível compreender melhor as dimensões administrativas, financeiras, jurídicas e pedagógicas que orientam o seu funcionamento.

Fizemos também análise documental do termo de cooperação que regulamenta a prestação do serviço educacional dentro das unidades socioeducativas do Distrito Federal - DF. A avaliação institucional compreendeu principalmente a observação, durante quatro meses, da rotina de trabalho a fim de perceber melhor a ação socioeducativa e essencialmente o funcionamento da escola.

A principal ferramenta para realizar a avaliação do corpo docente foi a observação diária do trabalho durante quatro meses. Além da observação, participamos de reuniões a fim de compreender as relações interpessoais dos professores; realizamos sessões a fim de diminuir as contraditórias opiniões a respeito do trabalho e do funcionamento das questões rotineiras da escola e aplicamos um questionário para traçar o perfil do professor, compreendendo melhor sua relação com o trabalho, colegas e alunos. (ver apêndice 1)

A avaliação do corpo discente compreendeu análise documental, onde resgatamos as informações no banco de dados a respeito da idade, série e ato infracional dos alunos. Esses dados mostram o perfil do aluno privado de liberdade de maneira geral. (ver apêndice 2)

Além da análise documental entrevistamos os cinco alunos da turma de alfabetização com o objetivo de traçar um perfil e compreender melhor a realidade desse aluno. De maneira informal conversamos com os jovens sobre a relação deles com os pais, com a escola, com as drogas e atos infracionais. Conversamos também sobre expectativas a respeito do futuro e dos arrependimentos do passado. (ver apêndice 3)

Escolhemos a turma de alfabetização por considerar que lá estão os alunos com situação de exclusão social extrema em virtude da baixa escolaridade.

A **intervenção psicopedagógica** foi realizada com os dois professores da turma de alfabetização e contou com sessões que buscou a reflexão sobre o trabalho do professor realizado com os alunos privados de liberdade, os desafios que o professor enfrenta ao lidar com alunos em processo de alfabetização que cumprem medida socioeducativa e a importância da mediação do professor na construção do saber para uma nova perspectiva de vida dos alunos.

3.2 Instituição Sede da Pesquisa

Descrevemos a seguir, o local onde foi realizada a pesquisa. Trata-se de uma instituição pública de internação do Distrito Federal que compõe o quadro de unidades subordinadas à Secretaria de Estado da Criança do DF – SECRI. Seu quadro de pessoal é composto principalmente por servidores públicos, mas há também servidores comissionados ou sem vínculo.

A instituição é um centro de internação com capacidade para atender cem jovens e conta atualmente com socioeducandos do sexo masculino.

O centro, dentre outros serviços, oferece atividades esportivas e de lazer, serviços de enfermagem, atendimento psicossocial, cursos de profissionalização e escolarização como determina o ECA.

Descreveremos a seguir, os principais setores que oferecem atividades pedagógicas aos jovens.

3.2.1 Setor de Ensino (escola)

De acordo com o ECA, é direito do adolescente privado de liberdade receber escolarização. Sendo assim, o Centro oferece Ensinos Fundamental e Médio para todos os alunos privados de liberdade.

3.2.2 Setor de Profissionalização

Todos os alunos estão inseridos em atividades profissionalizantes que funcionam diariamente nos turnos matutino e vespertino. A participação dos alunos nas oficinas profissionalizantes é garantida, no mínimo, uma vez por semana. São oferecidas oficinas de informática, música, panificação, horticultura e cursos diversos em meio aberto de forma esporádica.

3.2.3 Setor de Esporte, Cultura e Lazer

Há uma quadra de futebol 'society' de grama sintética onde se realiza esta modalidade esportiva com todos os alunos, duas vezes por semana.

De forma esporádica o setor organiza eventos de caráter recreativo em datas comemorativas como dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, Páscoa, Natal, entre outros.

3.2.4 Setor Psicossocial

O setor é composto por psicólogos e assistentes sociais que realizam procedimentos de visitas domiciliares, atendimentos individuais ou em grupo aos jovens, atendimento aos familiares, grupos temáticos e atividades psicoterapêuticas. O setor também é responsável pela elaboração de relatórios avaliativos, informativos e sociais, além do encaminhamento dos alunos e seus familiares a serviços socioassistenciais externos.

3.2.5 Setor de Saúde

É o setor responsável pelo acompanhamento da saúde física e odontológica dos alunos do centro.

Como não há profissionais especializados para atender os alunos, o setor estabelece parcerias externas com unidades de saúde para garantir o atendimento médico e odontológico aos alunos.

Rotineiramente, o setor funciona administrando medicamentos que são prescritos aos alunos pelos médicos da rede externa de saúde do DF.

3.3 Sujeitos da Intervenção Psicopedagógica

A pesquisa contou com a colaboração de todos os servidores que atuam no Setor de Ensino ou Escola. São professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, subordinados à Secretaria de Educação e cedidos para a Secretaria da Criança para compor o quadro de profissionais da escola do centro de internação. Totalizamos doze professores. Oito do sexo feminino e quatro do sexo masculino com idades entre trinta e sessenta e dois anos.

A relação que esse grupo tem com o centro, com os alunos e entre eles motivou a elaboração do questionário que levantou o perfil do professor dessa escola. Essa dinâmica também motivou a uma análise mais profunda do corpo docente por meio de sessões de avaliação. Além disso, esses professores contribuíram substancialmente na percepção da rotina da escola e dos problemas enfrentados nessa instituição.

A pesquisa fez um recorte para avaliar com maior profundidade os professores da turma de alfabetização. São dois professores, um do sexo feminino e outro do sexo masculino.

Apresentamos os dois professores de acordo com seus depoimentos:

O professor tem quarenta e seis anos. Foi o primeiro da família a concluir o Ensino Superior e é, atualmente, o que apresenta maior qualificação acadêmica. Desde criança acredita na educação como uma maneira de transformação da realidade.

Indagado sobre sua experiência profissional, afirma que o magistério foi sua primeira formação (Escola Estadual Dom José Gaspar – Araxá, MG) e na época não sabia se queria ser padre, professor ou mecânico industrial. Em seguida fez o curso de

Pedagogia na Universidade Católica de Brasília e posteriormente na Universidade de Brasília, fez também pós-graduação em Administração Escolar, Metodologia do Ensino Superior, Psicopedagogia e Psicanálise. Participou de alguns cursos de extensão e iniciou o mestrado, mas não deu continuidade por conta do alto investimento que era necessário.

Sobre sua experiência com alunos que cumprem medida socioeducativa, o professor afirma que quando iniciou sua atividade profissional em um centro de internação não havia professores interessados em ocupar essas vagas, devido aos preconceitos relacionados aos alunos. Afirma que no início tinha poucas expectativas com relação ao trabalho, no entanto, com o passar dos anos, foi adquirindo experiência e interesse pela atividade e atualmente pretende continuar atuando nessa área.

A professora tem trinta e cinco anos, é natural do Piauí, mas mora no Distrito Federal há vinte e cinco anos. Casada há onze anos, tem dois filhos, um de seis e outra de quatro anos. Frequenta a igreja Evangélica e busca oferecer formação religiosa para os filhos.

Com relação à sua formação profissional, a professora afirma que fez Magistério, faculdade de Pedagogia (Centro Universitário de Brasília – UniCEUB) e pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos - EJA (Universidade de Brasília – UnB) e vários outros cursos de formação continuada nas áreas de alfabetização e EJA.

Indagada sobre sua experiência com alunos que cumprem medida socioeducativa, a professora afirma que, devido à falta de experiência, sentiu dificuldade em trabalhar com turmas multiseriadas. Isso a deixou um pouco frustrada no primeiro ano de trabalho no centro. Atualmente, após três anos, compreende melhor a realidade dos alunos privados de liberdade e se sente mais preparada para a prática docente.

IV - AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

4.1 Avaliação Institucional - Setor de Ensino

A área de ensino da instituição é a que funciona, desde a inauguração do centro, com maiores dificuldades. A escola do centro só iniciou suas atividades depois de mais de seis meses da sua inauguração, pois são desenvolvidas por profissionais da Secretaria de Educação e o processo de parceria entre as duas secretarias (Criança e Educação) foi demasiadamente moroso. A prestação do serviço educacional é amparada pelo termo de cooperação 19/2008 que tratamos no próximo item.

Atualmente, a escola funciona em período integral, conta com quinze professores e oitenta alunos.

Como diretriz institucional, as atividades de escolarização no turno matutino deveriam ocorrer diariamente das 8h às 12h e no turno vespertino das 14h às 18h.

Toda a matriz curricular da educação básica é oferecida de acordo com a Orientação Curricular da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal.

As turmas estão divididas por série. A proposta é que cada turma seja composta por alunos com o mesmo nível. Atualmente, há turmas de todas as séries dos Ensinos Fundamental e Médio (uma de cada), entretanto, a escola já funcionou com turmas multiseriadas. A divisão das turmas por série foi um grande avanço, visto que a heterogeneidade das classes prejudicava o desenvolvimento das aulas.

4.1.1 Avaliação Institucional - Termo de Cooperação

Foram feitas algumas reuniões com um grupo de representantes do centro interessados na construção do projeto político pedagógico da escola. Participamos desses encontros e pudemos compreender melhor seu funcionamento como um todo. Aspectos administrativos, jurídicos, financeiros e pedagógicos da escola foram objetos de grande reflexão.

Percebemos que a escola é compõe um dos setores do Centro, que é uma unidade socioeducativa de internação, instituição pública do Distrito Federal, subordinada à Secretaria da Criança. O setor de ensino, ou seja, a escola que funciona

nesse centro é fruto de um termo de cooperação entre a Secretaria de Educação do DF e Secretaria da Criança.

O Termo de Cooperação, número 19/2008, com vigência de cinco anos, elaborado pela Secretaria de Estado de Educação com participação da Secretaria de Criança é atualmente o principal documento que regulamenta os esforços entre as duas secretarias com vistas a proporcionar escolarização aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação e internação provisória em centros como esse.

Percebemos com essa discussão que vários aspectos administrativos, jurídicos, financeiros e pedagógicos funcionam com deficiências. O termo de cooperação não é atendido de forma plena e as duas secretarias deixam de cumprir com parte suas atribuições.

Devido a essa deficiência, a escola deixa de ser atendida por profissionais que deveriam ser cedidos pela Secretaria de Educação, são eles: um psicólogo, um pedagogo e um orientador educacional para compor a equipe de apoio e aprendizagem; dois servidores da Carreira de Assistência para os serviços de registros administrativos e três servidores da carreira de magistério para atuar com outras atividades relacionadas ao ensino.

A secretaria da Criança como parte de suas atribuições deixa de oferecer materiais permanentes e de consumo que atendam as reais necessidades da escola. Professores compram seu próprio material e quando necessitam de instrumentos para realização de projetos ou similaridades mobilizam os colegas para angariar recursos e buscar doações.

Outra atribuição que a Secretaria da Criança cumpre com dificuldade é a capacitação dos profissionais cedidos para atuarem de acordo com a proposta de atendimento do centro.

Compreendemos também que todas as escolas do Distrito Federal que funcionam dentro de unidades de internação não têm autonomia administrativa e financeira. Os alunos são matriculados em uma escola pólo que responde financeira e administrativamente por eles. A escola do centro não tem competência para certificar os alunos e receber os recursos financeiros repassados pelo governo local e federal.

4.2 Avaliação do Corpo Docente

Diante do contexto observado, de um lado professores desmotivados frente uma proposta socioeducativa e de outro, alunos desinteressados pelo processo de escolarização, vimos a necessidade de propor ações que integrasse a equipe de professores e contribuísse para o clima organizacional da escola.

No primeiro mês de observação foram feitas sessões a fim de ouvir as opiniões dos professores e avaliar melhor as dificuldades que eles vivenciam nessa escola.

Em meio às discussões, professores defendiam seus posicionamentos e discordavam entre si, mostrando dificuldade em estabelecer acordos. Observou-se nas discussões que professores eram ameaçados de serem transferidos para outras escolas pela direção e o tom de voz era de grande nervosismo. Com isso, discordâncias a respeito do trabalho acabaram por afetar as relações e a equipe mostrou-se dividida em opiniões e amizades.

Ressaltamos que durante o segundo mês de observação, um professor entrou de licença médica por motivo de depressão. Até o momento muitos professores já haviam se ausentado do trabalho por problemas diversos de saúde por curtos períodos. Essa dinâmica atrapalha o andamento das atividades escolares e prejudica o processo de ensino aprendizagem.

Buscando um melhor direcionamento para as discussões, foi proposta uma sessão que pudesse determinar de forma mais impositiva questões que estavam mal esclarecidas e causavam problemas de comunicação. Para isso a sessão foi elaborada de forma estratégica a fim de sensibilizar a equipe de professores da importância do trabalho desenvolvido valorizando atitudes e reconhecendo o trabalho. Um outro ponto tratado durante essa sessão foi a sensibilização da importância do trabalho em equipe e da qualidade do trabalho.

A flexibilidade de horário dos professores estava causando prejuízo para as relações interpessoais, uma vez que quando o professor se ausentava após o término de sua aula, alguns colegas entendiam com falta de compromisso com o trabalho. Em virtude da flexibilidade de horário, alguns professores se sentiam prejudicados, outros não concordavam com tal flexibilidade, alegando desrespeito com a carga horária estabelecida em contrato. Motivados por essas situações, aproveitamos a sensibilização

para determinar regras e orientar os professores a respeito de questões administrativas que estavam causando polêmica como horários, folgas, afastamentos.

Avaliamos positivamente a sessão, professores mostraram-se satisfeitos com a objetividade e recebemos alguns elogios com relação ao momento planejado.

Outra sessão proposta foi um passeio organizado em homenagem ao Dia do Professor. Para isso, sugerimos a suspensão das atividades escolares, para que os professores, durante o expediente, pudessem confraternizar com seus colegas de trabalho, o dia do professor em um churrasco.

Com relação à intervenção feita no dia do professor, percebemos que inicialmente houve certa resistência por parte de alguns. Por outro lado, somente um professor não participou do encontro e posteriormente a equipe avaliou que a confraternização contribuiu para motivar e integrar mais o grupo de professores. Avaliamos que o objetivo da intervenção foi alcançado, uma vez que o encontro foi realizado graças à participação e colaboração de todos.

Após três meses, o corpo docente foi convidado a responder ao questionário. No questionário são levantadas questões a respeito da formação acadêmica, experiência profissional e aspectos pessoais e ambientais relacionados ao trabalho.

4.2.1 Avaliação do corpo docente a partir do questionário

A escola pesquisada conta com quinze professores. Dois professores não responderam o questionário, pois no período de aplicação e avaliação da equipe estes estavam de licença médica. Uma professora porque está em atividade de coordenação geral não foi submetida ao questionário. Por fim, doze professores participaram como sujeitos da pesquisa. Todos eles atuam em regência de classe. (ver apêndice 1)

Com relação aos aspectos acadêmicos, analisamos que todos os professores possuem formação superior e pós graduação completa; metade da equipe realizou a última capacitação profissional nos últimos doze meses e a outra metade entre dois e cinco anos.

Quanto à experiência em sala de aula verificamos que metade dos professores tem experiência entre dez e quinze anos, dois professores entre quinze e vinte anos, três com mais de vinte anos e apenas um professor tem menos de cinco anos de experiência em sala de aula. Com relação à experiência com alunos privados de liberdade, um

professor tem mais de vinte anos de experiência, outro entre quinze e vinte anos e os demais tem menos de cinco anos de experiência.

Com relação aos aspectos pessoais, verificamos que todos gostam de ser professor e acreditam que seu trabalho influencia o processo de ressocialização dos jovens. Dez professores afirmam que alcançam seus objetivos em sala de aula, um afirma não alcançar os objetivos e um não soube responder.

Quando indagados a respeito da atuação com alunos que cumprem medida socioeducativa, dez professores responderam que se sentem preparados, um não deu opinião e apenas um professor afirma que não se sente preparado para atuar com esses alunos. Sobre a intenção de continuar atuando com alunos que cumprem medida socioeducativa de internação, apenas um respondeu que não sabe, os demais professores têm intenção de continuar e responderam positivamente.

Ainda com relação aos aspectos pessoais, oito professores estão satisfeitos com o trabalho que realiza, um é indiferente e dois não estão satisfeitos com o próprio trabalho. Nove professores se sentem seguros no ambiente de trabalho, dois são indiferentes e apenas um professor não se sente seguro no ambiente de trabalho.

Com relação à percepção a respeito do trabalho, oito professores acreditam que seu trabalho é reconhecido socialmente e quatro professores não acreditam serem reconhecidos.

Sobre os aspectos ambientais, seis professores acreditam que a instituição oferece condições básicas para a realização de um bom trabalho, três discordam e três são indiferentes. Oito professores concordam que a instituição oferece orientações para reduzir inseguranças relativas ao trabalho, dois não concordam e um é indiferente. Todos os professores afirmam que mantêm um bom relacionamento com os alunos e colegas de trabalho.

Indagados sobre os principais três fatores que os atraem a essa escola, as respostas mais frequentes entre as três primeiras prioridades de todos do professores pesquisados são: acreditar na ressocialização dos jovens (90%), gratificação salarial (60%) e flexibilidade de horário (60%).

De acordo com o questionário, avaliamos, a seguir, os principais traços que compõe o perfil do professor dessa escola.

4.2.2 Discussão geral da avaliação psicopedagógica

A análise do questionário revela que o corpo docente gosta da profissão que exerce, acredita na ressocialização dos alunos e percebe reconhecimento social de sua profissão.

São professores que pretendem continuar atuando com alunos que cumprem medida socioeducativa e estão satisfeitos com o trabalho que realizam.

Com relação à formação, são professores que apresentam boa qualificação acadêmica e possuem ampla experiência em sala de aula. Apesar disso, com relação à atuação com alunos que cumprem medida socioeducativa, são pouco experientes.

Apesar da pouca experiência, são professores que, de forma geral, se sentem preparados, atingem seus objetivos em sala de aula e tem bom relacionamento com os alunos.

São professores que se relacionam bem com os colegas e se sentem seguros em trabalhar nesse centro, que também os orienta a reduzir as inseguranças relativas ao trabalho, entretanto, gostariam de melhores condições de trabalho.

Avaliamos que o resultado do questionário apontou algumas contradições. Apenas com a análise do questionário, não é possível perceber o desgaste nas relações, a dificuldade de dialogar, a insatisfação com o trabalho e principalmente o julgamento influenciado pelo senso comum a respeito do aluno que cumpre medida socioeducativa.

Acreditamos que o fato de o questionário ter sido aplicado após três meses de intervenção influenciou os resultados obtidos da análise do perfil do professor. Percebemos que os dados apontados mostraram-se substancialmente adversos à realidade apresentada no primeiro mês de observação.

No quarto mês, foram propostas sessões de intervenção com os professores da turma de alfabetização, trataremos desse tema no item 5.0 Intervenção Psicopedagógica.

Em relação aos alunos, a análise documental do banco de dados da escola investigou informações dos oitenta (100%) alunos acautelados no centro. Verificamos que a faixa etária dos alunos varia entre quatorze a vinte anos. Trinta e sete alunos são menores de idade (46,75%) e quarenta e três alunos têm entre dezoito e vinte anos de idade (53,75%).

Verificamos também que com relação aos atos infracionais, 66,25% são relacionados a crimes contra o patrimônio e 33,75% crimes contra a vida.

A escola pesquisada conta com turmas de todas as séries dos Ensinos Fundamental e Médio, verificamos que com relação ao número de alunos por série vemos que a grande maioria (67,5%) está cursando as turmas entre 5ª e 8ª séries. 21,25% dos alunos estão nas turmas entre 1ª e 4ª séries e apenas 11,25% estão cursando o Ensino Médio. (ver apêndice 2).

A análise documental revela que 100% dos alunos apresentam atraso idade/série. A defasagem é resultado de uma alta incidência de reprovação e/ou evasão escolar presente no histórico dos alunos (100% dos dados cadastrais analisados).

Além desses dados documentais, outra pesquisa realizada pela revista *Meiaum* em parceria com os centros de internação da Secretaria de Criança e da Vara de Infância e da Juventude, revela que 94,8% desses alunos não têm vínculo afetivo com o pai,

Na entrevista com os cinco alunos, analisamos fatores que nos ajudaram compreender melhor a realidade vivenciada por eles desde a infância.

A análise das respostas dos alunos, diferentemente da idéia reproduzida pelo senso comum de que eles são os principais responsáveis pelo estado atual de violência urbana, revela que eles são, na realidade, as maiores vítimas da violência e do abandono.

As histórias de vida dos alunos são semelhantes (ver apêndice 3). O aluno privado de liberdade é de origem pobre, normalmente filho de trabalhadores braçais de baixa escolaridade. A relação dos pais é rompida principalmente pela violência doméstica. Pais alcoólatras que agredem mães e filhos. A consequência dessa violência é a separação dos pais e a perda do vínculo afetivo dos filhos pela figura paterna. O pai é pouco lembrado, algumas vezes há grande ressentimento e até mesmo aversão ao que ele representa na família.

Esse aluno, filho de pais separados, sustentado pela mãe que trabalha fora para garantir as condições mínimas de sustento da família - moradia e alimentação - fica principalmente sob a responsabilidade da escola e das políticas públicas oferecidas em sua comunidade.

A infância dos alunos é marcada principalmente pela falta de acompanhamento da família em suas atividades rotineiras, pelo abandono do pai e pelo fracasso escolar.

Várias reprovações fazem parte da trajetória escolar desses alunos. A falta de acompanhamento e presença da família leva esses alunos à evasão escolar e ao envolvimento precoce com drogas.

O primeiro contato com as drogas acontece, normalmente, entre oito e quatorze anos de idade. As primeiras drogas experimentadas são o cigarro e a maconha. Posteriormente, com idades entre dez e quatorze anos, esse aluno já faz uso de cocaína, crack, álcool e rohypnol.

Fica evidente a falta de políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente nas comunidades mais carentes. Lembramos que o uso de drogas afeta diretamente o desempenho escolar desse aluno, sendo mais um motivo para o abandono da escola. Paralelamente ao uso precoce de drogas, está o envolvimento do aluno em pequenos furtos para sustentar seu próprio consumo. Além desses fatores, o aluno privado de liberdade, muito precocemente, começa a praticar atos infracionais relacionado à venda de drogas, servindo de 'escudo' para traficantes dentro de sua própria comunidade.

Todos esses fatores compõem um cenário crítico de pobreza, violência e consumo de drogas e reforça o imaginário social de que esses jovens são os principais responsáveis pelos problemas relacionados a esses temas, e não, vítima deles.

Apesar dos fracassos vivenciados, nos relatos dos alunos percebemos que eles mantêm expectativas positivas com relação ao seu futuro. Atualmente, com idades entre dezesseis e dezenove anos, eles pensam em seguir uma profissão e 'mudar de vida'. Sonham em superar a dificuldade de ler e escrever e se arrependem de terem abandonado a escola e se envolvido com atos infracionais,

Surpreendentemente, esses alunos têm uma opinião bastante positiva de seus professores, alegam que estão aprendendo e querem continuar a jornada escolar.

Desenvolvemos a intervenção psicopedagógica acreditando que por meio dela seria possível provocar mudanças nos professores relacionadas às crenças influenciadas pelo imaginário social e pelo do senso comum a respeito dos jovens privados de liberdade e provocar mudanças na prática profissional dos professores alfabetizadores desses alunos.

V – INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

A intervenção psicopedagógica foi realizada junto a dois professores (A e B) da turma de alfabetização e trouxe reflexões sobre o trabalho realizado com alunos privados de liberdade, como também das particularidades do trabalho na escola inserida no centro de internação.

Primeiramente, apresentamos os resultados dos aspectos pessoais e ambientais obtidos por meio do questionário aplicado a todos os professores. Ressaltamos a nossa percepção a respeito dos dados que se mostraram substancialmente adversos à realidade observada no primeiro mês de observação.

Indagados sobre o assunto, os professores concordaram que eles se sentem mais satisfeitos no ambiente de trabalho, *‘as relações estão mais tranquilas e percebemos isso também nos outros professores’*. Entretanto, a professora B apontou que a falta de estrutura para realizar um bom trabalho é um grande motivo de insatisfação. O professor A falou sobre a importância de se ter uma gestão compartilhada mais efetiva, referindo-se ao termo de cooperação entre Secretaria da Criança e Secretaria de Educação (ver item 4.1.1). Para ele, a escola deveria influenciar mais o andamento das atividades do centro de internação, e não se restringir somente às questões escolares. *‘Estamos em uma situação de submissão, não participamos do desenvolvimento dos projetos realizados no centro. A Secretaria de Educação é omissa’*, afirma o professor.

A reflexão seguinte foi a respeito da institucionalização da escola, sua autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A indagação foi a seguinte: se essa institucionalização acontecesse de fato, isso ia se refletir na satisfação do professor, na qualidade das relações e na qualidade do ensino?

De acordo com a professora B, *‘muitas ações não vão para frente por impedimento do setor responsável pela segurança. E isso muitos professores não compreendem, ficam chateados porque esquecem que essa escola não é uma escola comum, uma escola aberta’*. Para a professora, a grupo precisa ter mais consciência disso. *‘Nosso trabalho é limitado, precisamos nos adequar aos alunos e não os alunos a nós. Muitos professores não lidam bem com essa limitação, isso faz com que eles se*

sintam presos, sem autonomia, e isso acaba atingindo a satisfação do professor em trabalhar’.

Outra situação bastante recorrente no centro é a questão das drogas. A reflexão foi colocada da seguinte maneira: o professor que trabalha em um centro de internação sabe que a maioria dos alunos faz uso de drogas, pois esse problema é vivenciado em todos os centros de internação e presídios do país, além disso, é escolha do professor trabalhar em uma escola como essas características. Entretanto, quando tratamos sobre as questões a respeito do consumo de drogas pelos alunos, muitos professores defendem a idéia de que esses alunos não deveriam ser encaminhados à escola. Qual é o seu posicionamento com relação a esse tema?

Para o professor A, é essencial que haja capacitação para que se possa descobrir uma maneira melhor de atuar junto a esse aluno. Não só na questão da conscientização a respeito do prejuízo que a droga traz para a vida, saúde e desenvolvimento do aluno. Mas tratar o tema como essencial para o avanço do cumprimento da medida socioeducativa e para o processo de ressocialização.

De acordo com o depoimento da professora B, os professores não estão preparados para lidar com a questão do uso de drogas, pois muitos ainda estão acostumados ao método tradicional de ensino, como aulas expositivas, conteúdos no quadro e cópia de deveres.

Por outro lado, a professora B defende o ponto de vista do aluno e afirma que *‘estudar não é a melhor maravilha do mundo, é sacrificante e muitas vezes tedioso. Alguns conteúdos que não tem graça nenhuma, mas o aluno precisa saber, por fim, o professor tem uma grade a cumprir de planejamento e conteúdo e quer fazer isso tudo dentro do horário estimado’*. Para ela, os alunos não vêem isso com bons olhos, pois ter aulas não é de interesse deles, eles não percebem a importância da escola, porque ela nunca foi prioridade na vida deles. *‘Isso acaba desestimulando o professor que vai preparado, animando, querendo dar uma aula legal, diferente. Quando o professor planeja a aula e não vê resultado de seu planejamento por várias vezes, não tem jeito. Acaba ficando desmotivado e isso também afeta a interesse do aluno pela escola’*.

A professora B relata que preparou uma aula mais interessante usando a letra de uma música que os alunos gostavam. *‘Eles não sabem ler direito, mas sabem a música*

de cor. Os alunos gostaram dessa atividade. O professor às vezes tem que dar uma aula relacionada à realidade deles, como uma música que eles gostam, por exemplo. O professor deve oferecer o que eles querem sem deixar de focar no conteúdo. Essa dinâmica requer mais trabalho, é mais difícil, por exemplo, é um desafio para um professor de matemática dar uma aula que seja interessante para eles’.

Mudamos um pouco de assunto e questionamos os professores sobre as relações interpessoais. Relatamos que quando iniciamos o trabalho percebemos que havia uma dificuldade de comunicação e diálogo entre os membros da equipe que acabava afetando as relações interpessoais.

Indagados sobre a percepção que eles têm dos últimos quatro meses de observação, o professor A, disse que responderia com muita sinceridade e afirmou que *‘nos últimos dias está uma maravilha, o clima está realmente diferente, nós tínhamos uma situação que estava bastante complicada, pois as discussões estavam extrapolando as questões profissionais e pessoais e estava minando os trabalhos e a motivação de todos. Inclusive acho que esses problemas de relacionamento afetaram tanto que alguns colegas tiveram problemas de saúde’.*

Com relação à motivação e satisfação para o trabalho, os professores lembraram-se da importância do trabalho de liderança dos gestores. *‘Agir com ética, valorizar o trabalho e os sentimentos das pessoas reflete diretamente em nosso trabalho exercido em sala de aula’.* Com relação a isso o professor comentou a respeito de alguns trabalhos que foram inviabilizados por motivo de problemas interpessoais entre membros da equipe.

Posteriormente, refletimos a respeito do perfil aluno privado de liberdade. Apresentamos o resultado da avaliação do corpo discente, ou seja, a análise documental de todos os jovens e a entrevista feita com os alunos da turma de alfabetização (ver item 4.3). Depois de analisarem os dados, a professora lamentou os aspectos comuns recorrentes na vida dos jovens: separação dos pais, abandono da família, infância marcada por tragédias, fracasso escolar e precoce envolvimento com as drogas.

O professor avaliou que as informações sobre o histórico de vida dos jovens são condizentes com o que tem visto em sua jornada profissional. Entretanto, ficou motivado com os depoimentos dos alunos em relação ao arrependimento de não terem estudado. O professor ficou surpreso, pois alegou não ouvir esse tipo de relato em sala de aula.

Os professores observaram que, diferentemente do que revela a pesquisa, os alunos não demonstram compreender o processo de escolarização como importante. Afirmaram que a forma como os alunos se comportam quando estão em grupo ou com os colegas de sala é bem diferente de quando são tratados individualmente. Socializaram que os alunos não se sentem a vontade para expor suas fragilidades e arrependimentos quando estão em grupo e o comportamento mais comum é o de tratar a escolarização como algo sem importância.

Os professores relataram que se sentiram motivados com essas informações dos alunos e lembraram que a escolarização é um processo doloroso para todas as pessoas, pois envolve desafio e superação. Afirmaram ainda, que todos os alunos envolvidos têm a capacidade de desenvolver a habilidade de ler e escrever, porém cada um com um tempo diferente de alcance dos objetivos.

A última reflexão feita com os professores foi uma relação entre todos os pontos discutidos e a qualidade do ensino, tendo em vista todas as considerações feitas sobre a importância da motivação, do bom relacionamento interpessoal, da tomada de consciência a respeito da situação do aluno para não entrar em um ciclo de desmotivação e da ciência a respeito das expectativas dos alunos com relação ao futuro e de sua trajetória de vida como também dos arrependimentos com relação ao abandono da escola.

Para o professor A, uma aula com mais qualidade requer um diagnóstico de todos os alunos da turma de alfabetização com a finalidade de descobrir a melhor ferramenta de ensino. A professora B acredita que as instalações atrapalham, pois a sala de alfabetização é muito pequena. Para ela, a sala deveria ser ampla, colorida, com figuras para estimular o aluno e o cuidado de não ficar poluída visualmente para não distrair o aluno com coisas sem importância. Também ressaltou o cuidado que o professor deve ter para não infantilizar a sala.

VI – DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

A intervenção atuou no sentido de compreender melhor a realidade do aluno privado de liberdade e principalmente compreender a realidade vivenciada pelos professores que atuam com esse público. Ao traçar o perfil do aluno, percebemos como é grande a responsabilidade social do professor, como é desafiador para ele receber esses alunos e em pouco tempo proporcionar mudanças significativas em seus projetos de vida.

Diante do problema apresentado acerca da falta de motivação para a prática docente dos professores de um centro de internação, podemos observar que o perfil do aluno privado de liberdade afeta de forma significativa a disposição do professor em realizar um bom trabalho.

Fizemos intervenções no sentido de sensibilizá-los a respeito do trabalho que desenvolvem buscando uma nova postura na prática profissional, entretanto percebemos que uma mudança significativa na prática docente requer mais tempo de intervenção. Lembramos que a pesquisa iniciou em meados de agosto e terminou no final do mês de novembro, portanto, em virtude das férias dos professores e da necessidade de terminar o estudo, não foi possível verificar o impacto que o nosso trabalho causou na prática docente voltada ao aluno privado de liberdade.

Ficamos satisfeitos por contribuir nos aspectos ambientais, diminuindo os desgastes que a dificuldade de diálogo causou nas relações interpessoais, percebemos no final da pesquisa uma equipe de trabalho mais satisfeita e um momento bastante oportuno para aprofundar as questões pedagógicas.

O perfil do aluno privado de liberdade revela um jovem que, durante toda sua vida, sofreu abandono não só do Estado, mas principalmente de sua família. A pobreza - de todo tipo - que assola essas famílias, juntamente com a ausência de políticas públicas que combatam esse quadro de miséria social, produz nas comunidades mais pobres, a violência e o fortalecimento do tráfico de drogas e nas comunidades mais abastadas, a intolerância e o preconceito com essa camada desassistida da população.

Infelizmente, o imaginário social de que esses jovens não são merecedores de atenção especial, somado com as dificuldades vivenciadas dentro um centro de

internação e o perfil do aluno, reforça no professor uma opinião discriminatória presente no senso comum que acaba por influenciar sua atuação.

A pesquisa revela que a postura de desmotivação é um comportamento cíclico. Quando o professor se depara com a difícil realidade, essa, imediatamente interfere na qualidade de seu trabalho. A prática profissional realizada com pouca motivação acaba interferindo o interesse do aluno. O aluno sem interesse acaba desmotivando o professor e reforçando nele o sentimento influenciado pelo senso comum. Assim se estabelece um ciclo de desmotivação por parte do professor e desinteresse por parte dos alunos.

Tendo em vista todas as análises e discussões, o movimento cíclico de desmotivação é perceptível visto que professores se sentem muitas vezes vítimas da falta de interesse dos alunos em aprender, do comprometimento desses alunos com o uso de drogas e do envolvimento deles com atos infracionais.

Apesar do elevado grau de formação dos professores e de existir uma compreensão e sensibilização a respeito das privações que esses alunos sofreram durante a infância devido às questões socioeconômicas, essas se mostram insuficientes para despertar no professor o desejo de rever sua prática docente.

Não podemos deixar de citar que, além do perfil do aluno, as condições de trabalho também desestimulam o trabalho docente. A falta de insumos e de uma estrutura física adequada desperta no professor um sentimento de impotência com relação a sua ação transformadora.

Concluímos que o professor necessita ser constantemente motivado e lembrado da extensão e da profundidade de sua influência na estruturação pessoal e social dos alunos, principalmente quando se trata de alunos que podem ter na educação uma saída para a resignificação de seus valores e um caminho para um novo projeto de vida.

Para haver mudança na prática profissional é necessário constante desenvolvimento profissional relacionada à atuação docente em contexto socioeducativo e sensibilização a respeito das questões sociais, econômicas, políticas e filosóficas que dizem respeito ao aluno privado de liberdade. A continuidade do trabalho de conscientização, sensibilização e desenvolvimento profissional contribuirá para que o movimento cíclico de desmotivação não afete a relação de ensino e aprendizagem tão importante para o progresso dos alunos privados de liberdade.

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que ser humano formaremos em nosso país? O homem deve ser apenas sujeito, ou também agente de sua história? O que é preciso fazer para que a sociedade brasileira tenha vontade política para acabar de vez com essa chaga indigna, humilhante, que são os milhões – não milhares, mas milhões – de crianças e adolescentes abandonados pelas ruas? (Costa, 2000)

Para Costa (2000), a sociedade como um todo produziu os menores abandonados; cabe à sociedade como um todo colaborar na luta pelo seu resgate da condição marginal, condição que faz deles estrangeiros aos valores básicos da nossa formação. Nessa tragédia, nesse genocídio que é a questão da criança abandonada no Brasil, não há inocentes. Todos nós somos culpados.

Educar é sempre uma aposta no outro. Ao contrário do ceticismo dos que querem “ver para crer”, costuma-se dizer que o educador é aquele que buscará “crer para ver”. De fato, quem não apostar que existem nesses alunos, qualidades que, muitas vezes, não se fazem evidentes nos seus atos, não se presta, verdadeiramente, ao trabalho educativo.

Para o educador, a escolha da concepção sustentadora e dos instrumentos de seu trabalho não é uma escolha neutra. É uma escolha de si mesmo, enquanto educador, enquanto cidadão, enquanto homem.

De fato, optar por uma das diversas correntes e tendências em que se divide o pensamento pedagógico é escolher uma concepção de homem, uma concepção de mundo e uma concepção do conhecimento e, por meio dessas escolhas, empreender a opção por uma teoria do processo ensino aprendizagem e do processo educativo em sua inteireza.

Isso implica, no quadro da conflitividade natural da vida democrática, que o educador não poderá jamais alimentar a pretensão de pairar acima dos embates sociais e da luta política, no sentido mais amplo e elevado do termo.

A educação em direitos humanos requer refletir em torno das condições de possibilidades, reprodução e justificação das formas simbólicas, sociais e políticas permissivas, que tornam banal a naturalização das relações humanas de submissão, exclusão, discriminação, violência e preconceito.

O ECA trouxe, principalmente para as crianças e adolescentes de baixa renda, garantias de cidadania. Apesar de vigorar há vinte e um anos, as mudanças são implementadas de forma bastante morosa. Ainda vivemos uma disputa social, onde diferentes significados relacionados a essa parcela da população estão sendo redefinidos. Sobre as questões que dizem respeito aos direitos das crianças, reconhecemos que os discursos ainda são muito distintos. E isso se refletiu na prática docente dos professores investigados.

Costa (1990) afirma que apostar no educando em situação de dificuldade pessoal e social implica algumas atitudes e posturas básicas por parte do educador.

Primeiramente, é preciso que o educador veja, em cada menino ou menina a quem se dirige o trabalho pedagógico, não aquilo que o separa ou o diferencia das demais crianças ou jovens de sua idade, mas, sim, tudo aquilo que ele tem de comum com todos os demais.

O educador deve não perguntar o que o educando não sabe, o que ele não tem, o que ele não traz de sua vida familiar ou comunitária. Ao contrário, ao professor cumpre procurar descobrir o que o aluno é, o que ele sabe, o que ele traz de bom consigo, o que se mostra capaz de fazer. Para Costa (1990) essa é a única forma de não comparar esses jovens com um suposto padrão de normalidade existente em nossa cabeça, traçando deles um perfil inteiramente negativo.

O educador deve também nunca permitir que a visão o infrator, ladrão, homicida, traficante ou viciado existente nos prontuários e relatórios, o impeça de ver a criança ou o jovem que há diante dele. O conhecimento do passado do aluno deve ser utilizado pelo educador apenas com uma finalidade: impedi-lo de colocar a exigência antes da compreensão.

Por fim, o educador deve ser exigente, pois a exigência é, antes de qualquer coisa, um sinal de respeito do educador pelo educando. Em cada momento, no entanto, há de se fazer a exigência cabível, a exigência possível de ser feita.

Essas são as posturas básicas de um professor socioeducador. A partir daí, resta-lhe apostar no aluno, abrindo espaços nos quais ele possa experimentar-se como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso – responsabilidade – consigo mesmo e com os outros.

Essa postura nada tem de tranqüila (Costa, 1990), é um contrato de risco entre o professor e aluno. Ao trabalhar com crianças e jovens em situação de dificuldade pessoal e social, cumpre a quem educa fazê-lo numa perspectiva solidária – não apenas pessoal, mas também e fundamentalmente social – com o aluno. Essa solidariedade social é simplesmente impensável separada do seu desdobramento político e, por conseguinte, da sua dimensão histórica.

Essa solidariedade se concretiza e se expressa no momento em que o educador aceita não somente o indivíduo, a pessoa que tem diante de si, mas principalmente a sua circunstancia, ou seja, o segmento social a que o aluno pertence. Ao adotar como seus o ponto de vista e os interesses sociais concretos de seus alunos, propondo-se lutar por eles, o professor está, de fato, propondo-se agir politicamente ao lado dos excluídos.

Costa (2000) concebe a idéia do homem como ser capaz de assumir-se como sujeito da sua história e da História, agente de transformação de si e do mundo, fonte de iniciativa, liberdade e compromisso nos planos pessoal e social. O homem não é um ser puramente determinado pelas condições de seu meio. Se ele é produto das relações sociais vigentes, não podemos ignorar que é também produtor dessas mesmas relações, cabendo-lhe, por meio de uma prática crítica e transformadora, instaurar um mundo propriamente humano. O homem também não é uma liberdade pura, desencarnada da sociedade e dos antagonismos sociais, uma vez que sua história, embora tendo-o como sujeito, não é feita nas condições escolhidas por ele e, sim, em condições dadas que o antecedem e que o ultrapassam.

A pesquisa trouxe para o centro, contribuições significativas de um trabalho que contemplou desde a aproximação dos laços afetivos entre professores à resignificação dos conceitos relacionados ao aluno privado de liberdade. É claro que um trabalho dessa natureza e profundidade necessita de uma avaliação contínua, mas acreditamos que nossos esforços sensibilizaram a parte gestora do centro que dará prosseguimento aos nossos estudos. Esperamos que o levantamento dos perfis traçados (professor e aluno) fomenta discussões e levante diferentes possibilidades de trabalho voltadas aos professores e alunos privados de liberdade, beneficiando, dessa forma, toda comunidade socioeducativa.

VIII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA, Lei N° 8.069, de julho de 1990.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CÓDIGO DE MENORES – Lei no 6.697, de 10 de outubro de 1979

INALUD; ABMP; SEDH; UNFPA; (orgs.) Justiça Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: INALUD, 2006.

MARQUES, Mario Osório, A formação do profissional da educação. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2000. Coleção Educação.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes de Formação Profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COSTA, Antonio Carlos da, 1949 – Aventura Pedagógica: Caminhos e descaminhos de uma ação socioeducativa. São Paulo: Columbus 1990. (Coleção Pedagogia Social).

Educação em Humanos: Fundamentos Teóricos Metodológicos – Brasília: Secretaria Especial dos Direito Humanos, 2010.

APÊNDICE I



Universidade de Brasília-UnB
Instituto de Psicologia
Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional

Prezado(a) Professor(a),

O questionário a ser respondido a seguir é parte de uma pesquisa para conclusão de curso de especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. O estudo tem por objetivo verificar as dificuldades existentes no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do CIAP fazendo um confronto entre o perfil do aluno e o perfil do professor.

Caro professor, faça uma reflexão sincera sobre o seu trabalho, salientamos que as informações fornecidas por você são confidenciais, portanto, o questionário é anônimo e não deve ser identificado. A sua colaboração é muito importante para o nosso trabalho e poderá contribuir substancialmente para a construção de estratégias que assegurem um melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico em sua escola.

QUESTIONÁRIO

Aspectos Acadêmicos:

1. Formação

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Graduação incompleta | <input type="checkbox"/> Pós Graduação Completa |
| <input type="checkbox"/> Graduação Completa | <input type="checkbox"/> Mestrado |
| <input type="checkbox"/> Pós Graduação Incompleta | <input type="checkbox"/> Doutorado |

2. Quando foi minha ultima capacitação profissional ou atualização acadêmica (cursos, especializações, treinamentos, etc)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> estou me capacitando atualmente | <input type="checkbox"/> entre 2 e 5 anos |
| <input type="checkbox"/> até 6 meses | <input type="checkbox"/> entre 5 e 10 anos |
| <input type="checkbox"/> até 1 ano | <input type="checkbox"/> mais de 10 anos |

3. Tempo de experiência em sala de aula

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> até 5 anos | <input type="checkbox"/> entre 15 e 20 anos |
| <input type="checkbox"/> entre 5 e 10 anos | <input type="checkbox"/> mais de 20 anos |
| <input type="checkbox"/> entre 10 e 15 anos | <input type="checkbox"/> |

4. Tempo de experiência com alunos que cumprem medida socioeducativa

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> até 5 anos | <input type="checkbox"/> entre 15 e 20 anos |
| <input type="checkbox"/> entre 5 e 10 anos | <input type="checkbox"/> mais de 20 anos |
| <input type="checkbox"/> entre 10 e 15 anos | <input type="checkbox"/> |

Aspectos Pessoais:

5. Gosto de ser professor
- () Concordo totalmente () Discordo
- () Concordo () Discordo totalmente
- () Não concordo, nem discordo
6. Sinto-me preparado para atuar com jovens que cumprem medida socioeducativa de internação
- () Concordo totalmente () Discordo
- () Concordo () Discordo totalmente
- () Não concordo, nem discordo
7. Acredito que meu trabalho influencia o processo de ressocialização dos socioeducandos
- () Concordo totalmente () Discordo
- () Concordo () Discordo totalmente
- () Não concordo, nem discordo
8. Tenho intenção de continuar atuando com jovens que cumprem medida socioeducativa de internação
- () Concordo totalmente () Discordo
- () Concordo () Discordo totalmente
- () Não concordo, nem discordo
9. Estou satisfeito com o trabalho que realizo na escola do CIAP
- () Concordo totalmente () Discordo
- () Concordo () Discordo totalmente
- () Não concordo, nem discordo
10. Meu trabalho é reconhecido socialmente
- () Concordo totalmente () Discordo
- () Concordo () Discordo totalmente
- () Não concordo, nem discordo
11. Alcanço meus objetivos em sala de aula
- () Concordo totalmente () Discordo
- () Concordo () Discordo totalmente
- () Não concordo, nem discordo
12. Sinto-me seguro em meu ambiente de trabalho
- () Concordo totalmente () Discordo
- () Concordo () Discordo totalmente
- () Não concordo, nem discordo

Aspectos Ambientais:

13. O que me atrai à escola do CIAP (enumere por ordem de prioridade)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Acredito na ressocialização dos jovens | <input type="checkbox"/> Localidade |
| <input type="checkbox"/> Gratificação salarial | <input type="checkbox"/> Volume de trabalho |
| <input type="checkbox"/> Flexibilidade de horário | <input type="checkbox"/> Número de alunos |
| <input type="checkbox"/> Segurança | <input type="checkbox"/> Outro: |
-

14. A instituição me oferece condições básicas para a realização de um bom trabalho

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo |
| <input type="checkbox"/> Concordo | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo | |

15. A instituição me oferece orientações para reduzir inseguranças relativas ao meu trabalho

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo |
| <input type="checkbox"/> Concordo | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo | |

16. Tenho um bom relacionamento com meus colegas de trabalho

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo |
| <input type="checkbox"/> Concordo | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo | |

17. Tenho um bom relacionamento com os alunos

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo |
| <input type="checkbox"/> Concordo | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo | |

18. Minhas queixas e opiniões são consideradas pelos gestores do CIAP e influenciam as tomadas de decisões

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo |
| <input type="checkbox"/> Concordo | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo | |

19. Meu trabalho afeta negativamente minha saúde física e mental.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo |
| <input type="checkbox"/> Concordo | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo | |

RESUSTADO DO QUESTIONÁRIO

Aspectos Acadêmicos:

1. Formação
 - (0) Graduação incompleta (12) Pós Graduação Completa
 - (0) Graduação Completa (0) Mestrado
 - (0) Pós Graduação Incompleta (0) Doutorado

2. Quando foi minha ultima capacitação profissional ou atualização acadêmica (cursos, especializações, treinamentos, etc)
 - (2) estou me capacitando atualmente (6) entre 2 e 5 anos
 - (2) até 6 meses (0) entre 5 e 10 anos
 - (2) até 1 ano (0) mais de 10 anos

3. Tempo de experiência em sala de aula
 - (1) até 5 anos (2) entre 15 e 20 anos
 - (0) entre 5 e 10 anos (3) mais de 20 anos
 - (6) entre 10 e 15 anos

4. Tempo de experiência com alunos que cumprem medida socioeducativa
 - (9) até 5 anos (1) entre 15 e 20 anos
 - () entre 5 e 10 anos (1) mais de 20 anos
 - () entre 10 e 15 anos
 - Um sem resposta

Aspectos Pessoais:

5. Gosto de ser professor
 - (6) Concordo totalmente () Discordo
 - (5) Concordo () Discordo totalmente
 - () Não concordo, nem discordo
 - Um sem resposta

6. Sinto-me preparado para atuar com jovens que cumprem medida socioeducativa de internação
 - (2) Concordo totalmente (1) Discordo
 - (8) Concordo () Discordo totalmente
 - (1) Não concordo, nem discordo

7. Acredito que meu trabalho influencia o processo de ressocialização dos socioeducandos
 - (5) Concordo totalmente () Discordo
 - (7) Concordo () Discordo totalmente
 - () Não concordo, nem discordo

8. Tenho intenção de continuar atuando com jovens que cumprem medida socioeducativa de internação
 - (4) Concordo totalmente () Discordo
 - (7) Concordo () Discordo totalmente
 - (1) Não concordo, nem discordo

9. Estou satisfeito com o trabalho que realizo na escola do CIAP
 - (2) Concordo totalmente (2) Discordo
 - (6) Concordo () Discordo totalmente
 - (2) Não concordo, nem discordo

10. Meu trabalho é reconhecido socialmente
() Concordo totalmente (3) Discordo
(8) Concordo (1) Discordo totalmente
() Não concordo, nem discordo

11. Alcanço meus objetivos em sala de aula
(1) Concordo totalmente (1) Discordo
(9) Concordo () Discordo totalmente
(1) Não concordo, nem discordo

12. Sinto-me seguro em meu ambiente de trabalho
(2) Concordo totalmente (1) Discordo
(7) Concordo () Discordo totalmente
(2) Não concordo, nem discordo

Aspectos Ambientais:

13. O que me atrai à escola do CIAP (enumere por ordem de prioridade)
- | | |
|--|------------------------|
| () Acredito na ressocialização dos jovens | () Localidade |
| () Gratificação salarial | () Volume de trabalho |
| () Flexibilidade de horário | () Número de alunos |
| () Segurança | () Outro: _____ |

14. A instituição me oferece condições básicas para a realização de um bom trabalho
() Concordo totalmente (2) Discordo
(6) Concordo (1) Discordo totalmente
(3) Não concordo, nem discordo

15. A instituição me oferece orientações para reduzir inseguranças relativas ao meu trabalho
(1) Concordo totalmente (1) Discordo
(7) Concordo (1) Discordo totalmente
(1) Não concordo, nem discordo

16. Tenho um bom relacionamento com meus colegas de trabalho
(2) Concordo totalmente () Discordo
(10) Concordo () Discordo totalmente
() Não concordo, nem discordo

17. Tenho um bom relacionamento com os alunos
(3) Concordo totalmente () Discordo
(9) Concordo () Discordo totalmente
() Não concordo, nem discordo

18. Minhas queixas e opiniões são consideradas pelos gestores do CIAP e influenciam as tomadas de decisões
(1) Concordo totalmente (1) Discordo
(5) Concordo () Discordo totalmente
(5) Não concordo, nem discordo

19. Meu trabalho afeta negativamente minha saúde física e mental.
() Concordo totalmente (4) Discordo
(3) Concordo (2) Discordo totalmente
(3) Não concordo, nem discordo

APÊNDICE II

ANÁLISE DO BANCO DE DADOS

Análise do Banco de dados: levantamento dos alunos por idade.

IDADE DOS ALUNOS	QUANTIDADE DE ALUNOS	PERCENTUAL
14	1	1,25%
15	6	7,5%
16	12	15%
17	18	22,5%
18	32	40%
19	8	10%
20	3	3,75%
Total: 80	Total:80	100%

Análise do Banco de dados: levantamento dos atos infracionais cometidos pelos alunos.

ATOS INFRACIONAIS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Crimes contra a vida	27	33,75%
Crimes contra o patrimônio	41	51,25%
Tráfico de drogas/porte de armas	12	15%
Total: 80	80	100%

Análise do Banco de dados: levantamento número de alunos por série.

SÉRIE/ANO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
1ª SÉRIE	5	
2ª SÉRIE	4	
3ª SÉRIE	2	
4ª SÉRIE	6	
TOTAL	17	21,25%
5ª SÉRIE	19	
6ª SÉRIE	19	
7ª SÉRIE	11	
8ª SÉRIE	5	
TOTAL	54	67,5%
1º ANO	5	
2º ANO	3	
3º ANO	1	
TOTAL	9	11,25%
TOTAL DE ALUNOS: 80		

APÊNDICE III

AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA – Alunos da Turma de Alfabetização

Informações	Aluno A	Aluno B	Aluno C
Idade	19 anos	16 anos	16 anos
Série	1ª série	1ª série	2ª série
Local de origem	Planaltina/GO	Planaltina - DF	Planaltina - DF
Escolaridade dos pais	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder
Profissão dos pais	Mãe: professora de alunos especiais Pai: motorista de caminhão.	Não soube responder	Pai: eletricista Mãe: empregada doméstica
Relação com os pais	Mantém vínculo afetivo com pai e mãe.	Não tem vínculo afetivo com os pais. Jovem foi criado pela avó materna.	Mantém vínculo afetivo com a mãe e não quer contato com pai.
Separação dos pais	Motivo: violência doméstica. Pai alcoólatra agredia a mãe. Separação ocorreu quando o jovem tinha onze anos	Ocorreu quando o jovem tinha dois meses de vida.	Motivo: violência doméstica. Pai alcoólatra agredia mãe e filhos. Separação ocorreu quando o jovem tinha quatorze anos.
Infância	Fugiu de casa várias vezes, pais não tinham controle da rotina do aluno	Marcada pelo abandono da família, mudou de residência várias vezes (pai, mãe, avó, amigos, vizinhos)	Marcada pelo fracasso escolar. Jovem repetiu quatro vezes a 1ª série e três vezes a 2ª série.
Relação com a escola	Não ia para escola por falta de interesse.	Não ia para a escola por falta de interesse	Não gostava da escola, pois não conseguia aprender
Uso de drogas	Aos doze anos: cigarro e maconha. Aos dezesseis: cocaína, rohypnol e álcool.	Aos quatorze anos: cigarro, maconha, cocaína e álcool.	Aos nove anos de idade: maconha e cigarro Aos quatorze anos: cocaína, rohypnol, álcool e crack
Expectativas	‘quero ser advogado’	‘ser garçom, aprender a ler e escrever’	Trabalhar (qualquer emprego), sair da cidade e recomeçar a vida.
Arrependimentos		‘perder o contato com a família’	‘me arrependo de não ter estudado e ter entrado na vida do crime’
Opinião sobre professores	‘estou aprendendo e respeito muito minhas professoras’	‘sou bom aluno, comportado, gosto da minha professora’	‘estou gostando, em seis meses aprendi a ler e escrever’
Dificuldades	Leitura	Leitura e escrita	Leitura e escrita

AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA – Alunos da Turma de Alfabetização

Informações	Aluno D	Aluno E
Idade	16 anos	16 anos
Série	1ª série	2ª série
Local de origem	Planaltina – DF	Brasilinha - Goiás
Escolaridade dos pais	Alfabetizados	Não soube responder
Profissão dos pais	Não soube responder	Mãe: empregada doméstica Pai: mestre de obras
Relação com os pais	Mantém vínculo afetivo com a mãe e perdeu contato com o pai.	Mantém vínculo afetivo com a mãe. Tem pouco contato com o pai.
Separação dos pais	Ocorreu quando jovem tinha oito anos. Após separação, jovem perdeu vínculo com o pai	Ocorreu quando jovem tinha doze anos de idade.
Infância	Marcada pelo fracasso escolar. Jovem repetiu sete vezes a 1ª série e evadiu da escola por três anos.	Marcada pela morte de dois irmãos. Fracasso escolar, repetiu a 2ª série duas vezes, fez classe de aceleração, não tinha interesse pela escola.
Relação com a escola	Parou de estudar quando se envolveu com atos infracionais.	Parou de estudar quando se envolveu com drogas e atos infracionais
Uso de drogas	Aos oito anos: cigarro, maconha e cocaína. Aos 10 anos: álcool Aos quinze anos: crack	Aos oito anos: maconha e cigarro Aos treze anos: cocaína e álcool
Expectativas	‘trabalhar no banco contando dinheiro’	‘quero ser bombeiro’
Arrependimentos	Envolver-se com atos infracionais.	‘me arrependo de ter parado de estudar’
Opinião sobre professores	‘gosto, estou aprendendo’	‘estou aprendendo, não quero parar de estudar’
Dificuldades	Leitura e escrita	Escrita

